



Informe Jurídico

Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no
Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC - 28 de novembro de 2011 - Nº 2

Três anos de luta para garantir e ampliar direitos dos servidores



Confira as Ações Coletivas impetradas p

As informações nestas páginas foram atualizadas pela Pita Machado Advogados, que tem, entre seus clientes, a Fenajufe e o SINTRAJUSC.

Aviso: os processos abaixo são de SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

1) Pagamento integral do auxílio alimentação e assistência pré-escolar

Objeto: Pagamento integral aos substituídos dos valores relativos ao auxílio alimentação e à assistência pré-escolar nos meses de novembro e dezembro de 2009

Data da autuação: 18/11/2009 - **Processo nº 2009.72.00.013322-8 (5008690-63.2010.404.7200)**

Histórico resumido: Ajuizada com pedido de antecipação de tutela, a análise foi postergada. O agravo de instrumento interposto restou convertido em agravo retido pelo TRF da 4ª Região. Citada, a União alegou falta de interesse em agir, invocando o pagamento realizado na esfera administrativa. A sentença extinguiu o processo sem exame do mérito, por perda do objeto, diante do pagamento no âmbito administrativo. Foi apresentada apelação, sustentando o reconhecimento do pedido. A União apresentou contrarrazões e, enviada ao TRF4, foi distribuída ao Des. Fernando Quadros da Silva, integrante da 3ª Turma.

2) PCS3 aos aposentados

Objeto: Extensão aos aposentados dos efeitos da Lei 11.416/2006 (PCS3), a fim de rever seus proventos de aposentadoria e pensão

Data da autuação: 10/09/2009 - **Processo nº 2009.72.00.010356-0 (5008243-75.2010.404.7200)**

Histórico resumido: Ajuizado, o pedido de antecipação de tutela foi indeferida, ensejando agravo de instrumento, igualmente não-provido pelo TRF da 4ª Região. Superada a fase de conhecimento, o juiz proferiu a sentença de improcedência. A Assessoria apelou ao TRF. Após contrarrazões da União, foi enviado ao TRF4, distribuído para a Des. Maria Lúcia L. Leiria e aguarda julgamento.

3) Isonomia para chefes de Cartório Eleitoral no interior

Objeto: Isonomia no pagamento dos servidores da Justiça Eleitoral que exercem atribuições de chefe de Cartório do interior e percebem função comissionada inferior àquela paga aos chefes de Cartório da capital

Data da autuação: 20/10/2009 - **Processo nº 2009.72.00.011809-4**

Histórico resumido: Rejeitado os pedidos de antecipação dos efeitos da tutela, recorreu-se da decisão, interpondo Agravo de Instrumento junto ao TRF, onde foi negado provimento ao recurso. Há impugnação ao valor da causa apresentado pela UF. Nos autos principais, foi proferida sentença de improcedência. Apelou-se e se aguarda envio ao TRF.

4) Anulação dos descontos e faltas injustificadas na Greve de 2009

Objeto: Anulação do ato do TRT12 que determinou a anotação de faltas injustificadas e a suspensão do pagamento dos vencimentos dos servidores que participaram da Greve deflagrada pela categoria em 2009

Data da autuação: 30/11/2009 - **Processo nº 2009.72.00.013866-4**

Histórico resumido: Deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, foram obstados os descontos. Em março de 2010 foi proferida sentença de procedência, declarando a nulidade da Portaria n. GP/CR 853/09, do TRT da 12ª Região, impedindo a anotação de faltas injustificadas e a suspensão do pagamento dos vencimentos dos servidores que participaram da Greve. A União apelou e, quando do julgamento no TRF, a decisão foi mantida. Houve Especial e Extraordinário, a Assessoria apresentou contrarrazões e atualmente o Resp. encontra-se no STJ, sob o nº 1284262.

5) Pagamentos das FCs na Greve de 2006

Objeto: Evitar desconto nas remunerações dos servidores do TRT12, referentes ao exercício de funções comissionadas em caráter temporário, durante a Greve de 2006

Data da autuação: 07/10/2009 - **Processo nº 2009.72.00.011355-2**

Histórico resumido: Inicialmente postergada a análise do pedido de antecipação da tutela, após a contestação o mesmo foi deferido. Sobreveio sentença de procedência, reconhecendo a ilegalidade do ato administrativo que determinou o desconto dos valores recebidos. Enviado ao TRF, em razão do apela da União, a sentença foi reformada por maioria. Apresentaram-se embargos infringentes que foram improvidos. O acórdão aguarda publicação.

6) PSSS sobre GAE ficta

Objeto: Assegurar aos Oficiais de Justiça da JF que sofreram desconto de PSSS sobre a GAE ficta (ainda antes de seu efetivo pagamento) a opção pela restituição de tais valores

Data da Autuação: 29/04/2009 - **Processo nº 2009.72.00.005056-6**

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de improcedência. Apelamos e o processo foi recebido no TRF e distribuído ao Des. Federal Joel Ilan Paciornik.

7) Imposto de renda sobre juros da URV

Objeto: Não-incidência de Imposto de Renda sobre os juros da URV

Data da Autuação: 23/04/2010 - **Processo nº 5002614-23.2010.404.7200**

Histórico resumido: Ajuizada a ação e transcorridas regularmente as demais etapas, sobreveio sentença de procedência. O apelo da UF, com contrarrazões, foi ao TRF4, que manteve a decisão. A UF interpôs embargos declaratórios que aguardam decisão.



EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118 – sobreloja, sala 3 – Edifício Jorge Daux – CEP 88010-640 – Centro – Florianópolis/SC – Fone/FAX: (048)3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br - Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) e Gilberto Motta (MTb 957/SC) - Tiragem: 3.000 exemplares

pela Assessoria Jurídica em 2009 e 2010

8) Inclusão VPI sobre 13º e Férias

Objeto: Direito à inclusão da vantagem pecuniária individual (VPI), instituída pela Lei 10.698, de 2 de julho de 2003, por ocasião do pagamento da gratificação natalina e do adicional de férias

Data da Autuação: 15/03/2010 - **Processo nº 5001212-04.2010.404.7200**

Histórico resumido: Ajuizada a ação e transcorridas regularmente as demais etapas, sobreveio sentença de parcial procedência, reconhecendo a inclusão da VPI apenas no 13º salário. Ambos interpuseram apelações, foram apresentadas as respectivas contrarrazões e os autos foram remetidos ao TRF4, onde aguardam julgamento. Relatoria do Des. Fed. Cândido Alfredo Silva Leal Jr.

9) GAS para aposentados

Objeto: Extensão da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) aos aposentados

Data da Autuação: 16/03/2010 - **Processo nº 5001297-87.2010.404.7200**

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi proferida sentença de improcedência. Recorreu-se e o processo aguarda julgamento no TRF4, sob a relatoria do Des. Fed. Cândido Alfredo Silva Leal Jr.

10) Conversão em pecúnia de Licença Prêmio não -gozada

Objeto: Conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade de não-gozada pelos substituídos aposentados

Data da Autuação: 24/03/2010 - **Processo nº 5001556-82.2010.404.7200**

Histórico resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença julgando procedente o pedido. Diante do apelo da União, o TRF4 manteve a decisão. A UF interpôs então Resp, que aguarda juízo de admissibilidade.

11) Correção da VPNI referente aos CJ1 a CJ4

Objeto: Correção da VPNI referente aos CJ1 a CJ4

Data da Autuação: 23/04/2010 - **Processo nº 5002602-09.2010.404.7200**

Histórico resumido: Ajuizada a ação, a União contestou o feito e impugnou o valor da causa. O processo está suspenso, aguardando a decisão do incidente.

12) Imposto Sindical

Objeto: Ação anulatória contra ato do ordenador de despesas da Justiça Federal que determinava o desconto da contribuição sindical dos vencimentos dos substituídos

Data da Autuação: 06/04/2010 - **Processo nº 5001993-26.2010.404.7200**

Histórico resumido: Ajuizada, foi deferida a antecipação da tutela obstando os descontos. Citada, a União não contestou. Ao contrário, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) contestou o feito. O juiz decidiu pela incompetência do Juízo e determinou que os autos fossem remetidos ao STJ. Apresentou-se Agravo de Instrumento ao TRF, onde foi decidido suspender os efeitos do ato judicial atacado até o julgamento do mesmo, ainda pendente.

13) Imposto de Renda sobre 13º de férias

Objeto: Não-incidência de imposto de renda sobre o terço de férias

Data da Autuação: 14/10/2010 - **Processo nº 5009218-**

97.2010.404.7200

Histórico resumido: Ajuizada a ação, foi julgada improcedente. Apelou-se ao TRF4, onde aguarda julgamento sob a relatoria do Des. Fed. Rômulo Pizzolatti.

14) Limitação do desconto dos dias de Greve em 10%

Objeto: Limitação dos descontos dos dias de Greve (em no máximo 10%), afastando a determinação do Presidente do TRT12, que o fazia de forma ilimitada

Data da Autuação: 19/07/2010 - **Processo nº 0002562-75.2010.5.12.0000 (MS)**

Histórico Resumido: Impetrado, a Juíza Lilia Leonor Abreu deferiu a liminar, limitando os descontos dos dias de Greve ao máximo de 10% dos vencimentos mensais dos participantes da Greve. Após manifestação da autoridade coatora, agora sob a relatoria da Juíza Viviane Colucci, foi julgado procedente o mandamus. Publicado o acórdão, transitou em julgado o MS. Autos seguiram ao arquivo.

15) PSSS sobre adicionais de férias e horas extras

Objeto: Não-incidência de contribuição previdenciária (PSSS) sobre adicionais de férias e de serviço extraordinário desde a publicação da Lei n. 9.783/99

Data da Autuação: 16/03/2010 - **Processo nº 5001252-83.2010.404.7200**

Histórico Resumido: Ajuizada a ação, sobreveio sentença de procedência, beneficiando os servidores públicos federais substituídos (Trabalho, Eleitoral e Federal de SC). O apelo da União foi enviado ao TRF4, onde aguarda julgamento sob a relatoria do Des. Fed. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior.

16) Aposentadoria especial por insalubridade e periculosidade

Objeto: Regulamentação do direito à aposentadoria especial dos servidores expostos à insalubridade e periculosidade

Data da Autuação: 21/05/2009 - **Mandado de Injunção nº 1131**

Histórico Resumido: Impetrado o Mandado de Injunção, prestadas as informações e emitido parecer da Procuradoria Geral da República pela procedência parcial do pedido, o pleito foi levado a julgamento e após o voto do Ministro Marco Aurélio (relator), acolhendo o pedido, pediu vista o Ministro Ayres Britto. Aguarda a continuação do julgamento.

17) Aposentadoria Especial para Oficiais de Justiça

Objeto: Regulamentação do direito à aposentadoria especial dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais - Risco de Vida

Data da Autuação: 21/05/2009 - **Mandado de Injunção nº 1132**

Histórico Resumido: Impetrado o Mandado de Injunção, a ordem foi concedida para garantir aos substituídos a aposentadoria especial, à luz do disposto nos artigos 57 e 58 da Lei n.º 8.213 de 24 de julho de 1991. Por não se tratar de caso que guarde correspondência com os artigos em questão (risco de vida), apresentaram-se embargos declaratórios que aguardam julgamento. Neste ínterim, o Mandado de Injunção foi sobrestado até o julgamento final dos MIs nº 833 e 844 (que nortearão a posição do Supremo sobre a matéria).

18) Aposentadoria Esp. para Agentes de Segurança

Objeto: Regulamentação do direito à aposentadoria especial dos Agentes de Segurança - Risco de Vida
Data da Autuação: 20/08/2009 - **Mandado de Injunção nº 1756**
Histórico Resumido: Impetrado o Mandado de Injunção, foi julgado parcialmente procedente, para, reconhecendo a falta de norma regulamentadora do direito à aposentadoria especial dos servidores públicos, determinar a aplicação do artigo 57 da Lei n. 8.213/91 ao caso. Diante da decisão apresentaram-se embargos declaratórios (por não se tratar de caso que guarde correspondência com o artigo em questão) que, por despacho, foi convertido em agravo regimental. A Procuradoria-Geral da República deu seu parecer pelo desprovimento do recurso. Aguarda julgamento.

19) Revisão Geral de Vencimentos

Objeto: Pleiteia a Revisão Geral da remuneração dos substituídos
Data da Autuação: 23/09/09 - **Mandado de Injunção nº 1904**
Histórico Resumido: Impetrado a ação, foram prestadas as informações pelo Presidente da República e, por fim, apresentado parecer da Procuradoria Geral da República pela procedência parcial do pedido. Aguarda decisão.

20) Aposentadoria Esp. para Portadores de Necessidades Especiais

Objeto: Regulamentação do direito à aposentadoria especial dos portadores de necessidades especiais
Data da Autuação: 23/04/2010 - **Mandado de Injunção nº 2756**
Histórico Resumido: Impetrado o Mandado de Injunção, foi julgado procedente, para, reconhecendo a falta de norma regulamentadora do direito à aposentadoria especial dos servidores públicos, determinar a aplicação dada na Lei n. 8.213/91 ao caso. Diante da decisão, apresentamos embargos declaratórios (por não se tratar de caso que guarde correspondência com o artigo em questão), que aguardam julgamento.

21) Revisão da Portaria que regulamenta remoções

Objeto: Revisão de artigos da Portaria PRESI nº 28/2010, que regulamenta o instituto da remoção no âmbito do TRT da 12ª Região, de forma colidente com leis e regulamentos sobre o mesmo tema
Data da Autuação: 11/06/2010 - **Processo Administrativo CSJT nº 34485-55.2010.5.00.0000**
Histórico Resumido: Após manifestação do SINTRAJUSC, o relator entendeu prejudicado o exame do pedido por compreender que se tratava de matéria idêntica à já julgada pelo CSJT (norma interna que veda a remoção no interesse de servidor no período do estágio probatório - CSJT-2176026-76.2009.5.00.0000). Entrou-se com Recurso Administrativo ao CSJT, pois o pedido da Assessoria Jurídica abrange outros aspectos, como a questão da quarentena em relação a servidores que não estão em estágio probatório. Indeferido o pedido, a Assessoria Jurídica estuda o ingresso da ação judicial.

22) Concurso de remoção para prov. de novas vagas

Objeto: Assegurar a precedência de concurso de interno de remoção para o provimento de novas vagas
Data da Autuação: 09/12/2010 - **Procedimento de Controle Administrativo nº 7827-43.2010.2.00.000**
Histórico Resumido: Apresentado o PCA, foi de imediato deferida a liminar. Todavia, quando do julgamento pelo Plenário, por maioria cassaram a liminar deferida. Julgado improcedente o mérito, estuda-se o ingresso de ação judicial.

23) Extinção de Cargos de Agente de Segurança

Objeto: Anulação da Resolução 076/2009 do TRT12, que trata da transformação de cargos de Agentes de Segurança através de ato administrativo e extingue a especialidade segurança
Data da autuação: 27/01/2001 - **Processo nº 5000519-83.2011.4.04.7200**
Histórico Resumido: Ajuizada a ação, foi proferida a sentença de improcedência. Inconformada com a sentença, a Assessoria apelou ao TRF. Após a apresentação das contrarrazões da UF, foi distribuído ao Des. Federal Wilson Darós.

24) Descontos dos dias de Greve de 2010

Objeto: Suspensão do ato da Presidência do TRT12 que determinou o desconto dos dias não-trabalhados em razão da Greve e a devolução dos valores descontados
Data da Atuação: 28/07/2010 - **Medida Cautelar nº 17085 (STJ)**
Histórico Resumido: Ajuizada a cautelar preparatória, foi deferida pelo Ministro relator Castro Meira. Foram interpostos embargos declaratórios para beneficiar todos os integrantes da categoria, como requerido ao início. A União interpôs agravo regimental. Analisando-os, foi reconsiderada a decisão, permitindo os descontos na remuneração dos grevistas pelos dias parados, e mantendo-a para impedir a autoridade coatora de promover retaliações que representem prejuízo administrativo e funcional aos grevistas. Os declaratórios restaram prejudicados. Reconhecida a incompetência do STJ na Pet. 8096, foi declinada a competência e determinada a remessa ao TRF4. A UF apresentou agravo regimental, desprovido, e ED, igualmente não-provido. O acórdão de ED aguarda publicação.

25) Legalidade da Greve de 2010

Objeto: Reconhecer a legalidade da Greve, assegurar o integral pagamento dos vencimentos, impedir a anotação e consideração dos dias de Greve como faltas injustificadas, afastar qualquer prejuízo administrativo, funcional e financeiro aos grevistas
Data da Autuação: 16/09/2010 - **Processo nº 8096 (STJ)**
Histórico Resumido: Ajuizada a ação, a União contestou o feito e apresentou-se réplica. Em junho de 2011 foi declinada a competência para o TRF4. A UF agravou regimentalmente, sem sucesso, e apresentou embargos de declaração igualmente ineficazes. Aguarda-se o transcurso do prazo para a remessa ao TRF4.

26) Acordo de Compensação na Greve de 2010

Objeto: Greve. Impedir descontos na remuneração e acolher acordo de compensação do trabalho
Data da Autuação: 22/07/2010 - **RA nº 2605-12.2010.5.12.0000 (TRT/12)**
Histórico Resumido: Determinado o desconto da remuneração dos grevistas, houve pedido de reconsideração e o recurso administrativo. Mantida a decisão, foi distribuído à Juíza Viviane Colucci. Não concedido o efeito suspensivo, foi a julgamento. Apresentados memoriais e sustentação oral, foi sobrestada em mais de uma oportunidade a análise e, por fim, sobreveio julgamento desfavorável.

27) Liminar STJ no TRT12 - Greve de 2010

VEJA NA PÁGINA SOLTA DENTRO DESTA INFORME